



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**2021**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

# FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA

**MARLOS ANISZESKY BERGAMI**

Secretário Municipal de Saúde

Decreto 9.154/2021

**MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES**

Controladora Geral do Município

OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021

## 2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca

**Gestor responsável:** Marlos Aniszesky Bergami – Decreto 9.154/2021

**Exercício:** 2021

**1. INTRODUÇÃO**

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Atividades para o exercício de 2021, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 9.325/2021, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 34/2015, Instrução Normativa 68/2020 e, Resolução 227/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Ressaltamos que a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021 foram prejudicadas, em razão dos seguintes motivos:

- I. Ausência de quantidade de pessoal na estrutura do órgão da Unidade Central de Controle Interno (conforme será demonstrado no quadro de pessoal abaixo) suficiente ao atendimento a alta demanda das atividades inerentes as 04 (quatro) Unidades Gestoras do Município;
- II. Alta demanda de Notificações dos órgãos de Controle Externo, incluindo o Ministério Público Estadual, e a SECONT – Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo;
- III. Insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formado em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas;

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou esforços para no curso do exercício do ano de 2021, realizar o atendimento de todas as notificações



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

dos órgãos de Controle Externo, além de realizar o Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento do Portal Transparência, atendimento ao canal de Ouvidoria, e adesão ao e-PREVENÇÃO.

É notório que, apesar do cumprimento parcial das atividades planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2021, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Unidade Gestora – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	<a href="#"><u>Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021</u></a> – parte patronal RPPS  Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD  Folha de Pagamento dos servidores – parte patronal RGPS  Listagem de Pagamentos disponível no Portal da Transparência	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e o RGPS, exercício de 2021:  <b>RPPS= R\$ 462.552,36</b>  <b>RGPS= R\$574.022,48</b>  Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal repassados ao RPPS no exercício de 2021  Período analisado: 12 meses
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias-parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE	CF/88, art.40. LRF, art.69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 523/2002	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021:  <b>RPPS= R\$ 188.576,48</b>  <b>RGPS= R\$ 226.749,97</b>  Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021  Período analisado: 12 meses
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	DELREP Listagem de Arrecadação de Receitas do Instituto de Previdência no período de 01.01.2021 a 31.12.2021	CF/88, art.40. LRF, art.69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários; a)estão sendo registrados como passivo da entidade; b)estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c)se seu saldo total está sendo	Todos os repasses de contribuições previdenciárias – Parte Patronal e Parte Servidor – foram repassadas ao RPPS no exercício de 2021, não constando débitos	Período analisado: 12 meses



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

			competência	corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo o ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	previdenciários.  Período analisado: 12 meses	
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Declaração de repasse das obrigações previdenciárias - DELREP  Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE  Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD  Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Valor Total das Contribuições previdenciárias Parte patronal e servidor sob o Regime de Competência do RPPS e RGPS:  <b>R\$ 1.451.901,29</b>  Período analisado: 12 meses  Conforme análise, todas as contribuições foram recolhidas, e não há objeto de cobrança ou parcelamento.	Recolhimentos Previdenciários:  Janeiro: R\$117.467,49 Fevereiro: R\$ 111.201,94 Março: R\$ 119.628,16 Abril: R\$110.920,04 Maio: R\$ 118.238,51 Junho: R\$ 112.999,36 Julho: R\$ 112.256,17 Agosto: R\$ 114.965,37 Setembro: R\$ 115.791,00 Outubro: R\$ 116.107,70 Novembro: R\$ 124.551,47 Dezembro: R\$ 106.959,43 13º salário: R\$ 70.814,11
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV;	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com	Saldo de valores da classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do	Período Analisado: 12 meses  Valor total dos Bens Móveis: R\$ 2.702.209,90



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

	compatibilidade com inventário.	Inventário de Bens imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT Termo de Inventário de Bens Móveis - TERMOV Termo de Inventário de Bens Imóveis - TERIMO		os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Balço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV e do Inventário de Bens imóveis – INVIMO	Valor total dos Bens Imóveis: R\$ 3.794.268,55
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Balço Patrimonial – BALPAT  Extrato Bancário em 31/12/2021  Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	<b>CONTAS BANCÁRIAS:</b>  Banco do Brasil: Agência 0806-0 Contas Bancárias: 10.871-5 29.021-1 33.491-X 35.382-5 35.410-4  Banco do Estado do Espírito Santo: Agência 080 Contas Bancárias: 20.795.902 20.805.909 20.805.933 22.603.245 30.772.552 31.686.876 32.508.913 34.083.048 34.276.360	100%  SALDO DAS CONTAS Total: R\$ 1.287.937,12  Período analisado: 12 meses
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP;	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores	<b>CONTAS BANCÁRIAS:</b>  Banco do Brasil:	<b>Banco do Estado do Espírito Santo:</b> Agência 080 Contas Bancárias:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

		<p>Extrato bancário em 31/12/2021 - EXTBAN</p> <p>Balanco Financeiro - BALFIN;</p> <p>Balanco Patrimonial - BALPAT;</p> <p>Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA</p>		<p>depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.</p>	<p>Agência 0806-0</p> <p>Contas Bancárias:</p> <p>10.871-5</p> <p>29.021-1</p> <p>33.491-X</p> <p>35.382-5</p> <p>35.410-4</p> <p>Banco do Estado do Espírito Santo:</p> <p>Agência 080</p> <p>Contas Bancárias:</p> <p>20.795.902</p> <p>20.805.909</p> <p>20.805.933</p> <p>22.603.245</p> <p>30.772.552</p> <p>31.686.876</p> <p>32.508.913</p> <p>34.083.048</p> <p>34.276.360</p> <p>As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de Disponibilidades, Balanco Patrimonial e Balanco Financeiro, em confronto com os Extratos bancários, evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras.</p>	<p>20.795.902 – R\$ 24.509,01</p> <p>20.805.909 – R\$ 13.606,25</p> <p>20.805.933 – R\$ 34.672,17</p> <p>22.603.245 – R\$ 172.469,83</p> <p>30.772.552 – R\$ 8.894,97</p> <p>31.686.876 – R\$ 11.411,73</p> <p>32.508.913 – R\$ 60.479,38</p> <p>34.083.048 – R\$ 16.148,23</p> <p>34.276.360 – R\$ 100.271,12</p> <p><b>Banco do Brasil:</b></p> <p>Agência 0806-0</p> <p>Contas Bancárias:</p> <p>10.871-5 (A) – R\$ 346,37</p> <p>29.021-1(A) – R\$ 12.846,41</p> <p>33.491-X (A) – R\$ 29.774,64</p> <p>35.382-5 (A) – R\$ 802.265,07</p> <p>35.410-4 (A) – R\$ 241,94</p> <p>Total: R\$ 1.287.937,12</p>
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	CRONOS – Decreto nº 9.285/2021 – Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021	Lei 8.666/1993, arts.5º e 92, c/c CRFB/88, art.37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Decreto nº 9.285/2021 – Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021	<p>Período analisado: 03 meses (junho, setembro e dezembro de 2021)</p> <p>Quantidade de justificativas de quebra da ordem cronológica nesses 03 meses:</p>





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

		<p>JUSTCRO – Justificativas de ordem Cronológicas <a href="http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=76">http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=76</a></p> <p>Listagem de Liquidação e pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca</p>			<p>pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, nos meses de junho, setembro e dezembro de 2021.</p> <p>Decretos Municipais justificando quebra de ordem cronológica de pagamentos nos 03 meses analisados: 9.392/2021 – 07.06.2021 9.500/2021 – 13.09.2021</p> <p>Soma da quantidade pagamentos realizados nos 03 (três) meses analisados: 684 pagamentos</p>	<p>02 justificativas</p> <p>Constatou-se a ocorrência de 14 (quatorze) quebras de ordem cronológica sem apresentação de justificativa pertinente, conforme descrevo abaixo:</p> <p><b>JUNHO/2021</b> <b>FONTE DE RECURSO: 12140000000</b> Nº de liquidação: 929/2021 930/2021 933/2021</p> <p><b>FONTE DE RECURSO: 12110000000</b> Nº de liquidação: 926/2021 927/2021 928/2021 929/2021 970/2021 971/2021 972/2021</p> <p><b>FONTE DE RECURSO: 22140000000</b> Nº de liquidação: 923/2021 931/2021</p> <p><b>SETEMBRO/2021</b> <b>FONTE DE RECURSO: 12140000000</b> Nº de liquidação: 1352/2021</p> <p><b>FONTE DE RECURSO: 22140000000</b> Nº de liquidação:</p>
--	--	--	--	--	---	--



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

						1353/2021
						<b>Porcentagem de quebra de ordem cronológica sem justificativa: 2,04%</b>  <b>Porcentagem de pagamentos realizados em acordo com a Ordem Cronológica de pagamentos: 97,96%</b>
2.3.1	Passivos Contingentes – reconhecimento de precatórios	Balanco patrimonial - BALPAT	CRBF/88, art.100./Lei nº4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC – co TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial - BALPAT, a Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais.	Período analisado: 12 meses.
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada  DEMDFLT - Demonstrativo da Dívida Flutuante	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada (DEMDIFD) e no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais a pagar.  Período analisado: 12 meses.	Período analisado: 12 meses.
2.4.3	Dívida pública originalmente superior ao limite redução do valor excedente	DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada  DEMDFLT - Demonstrativo da Dívida Flutuante	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, Inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	Conforme evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada (DEMDIFD) e no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o Fundo Municipal de Saúde não apresenta dívida consolidada líquida.  Período analisado: 12 meses.	Período analisado: 12 meses.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

2.5.7	Servidores cedidos	DELCEDEI – Declaração de servidores cedidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Conforme evidenciado no arquivo DELCEDEI, a Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde não possui servidores cedidos a outros entes.  Período analisado: 12 meses.	Período analisado: 12 meses.
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização legal	Declaração de Repasse integral das contribuições previdenciárias - DELREP  Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, §1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Conforme evidenciado nos arquivos DELREP e DEMCSE, a Unidade gestora não apresenta débitos previdenciários, não sendo necessária autorização legal para parcelamento.	Período Analisado: 12 meses
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Balancete de Verificação - BALVER	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Conforme evidenciado no BALVER – Balancete de verificação, há ocorrência da correta contabilização do repasse das amortizações de déficit atuarial ao RPPS, bem como o reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Elementos de despesa: 211200000000 – Benefícios Previdenciários a pagar 211220000000 - Benefícios Previdenciários a pagar Intra OFSS 211220700000 – Aporte para cobertura de déficit atuarial a pagar  Período analisado: 12 meses.
2.5.37	Registro de Admissões	Ausência de parecer da Controladoria Geral do Município quanto a registro de novas admissões de concurso público.	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhados ao TCE para fins de registro.	Não foram admitidos servidores no Regime Estatutário pela Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde no exercício de 2021, tendo em vista a não realização de concurso público.	Período analisado: 12 meses.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Período analisado: 12 meses.						
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei Ordinária Municipal nº 1.554/2019 <a href="http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1554-2019-1575894433.pdf">http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1554-2019-1575894433.pdf</a>	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contratações por tempo determinado do Fundo Municipal de Saúde, conforme Lei Municipal nº 1.554/2019.  Conforme disposição na Lei nº Municipal nº 1.554/2019, foi realizada a criação de 82 cargos para profissionais de saúde. Vigência da Lei – 12 meses/ prorrogável por igual período – Art.1º §2º da Lei nº Municipal nº 1.554/2019.	Em análise a legislação municipal em confronto com as contratações realizadas, evidencia-se o atendimento da necessidade temporária e excepcional de interesse público nas contratações realizadas no exercício de 2021.
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação	<a href="#">Relatório de Auditoria do Processo de Auditoria nº 4620/2021</a>	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Em análise dos processos de contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação realizados pelo Fundo Municipal de Saúde, constatou-se a legalidade de 99% das amostras selecionadas.  Total de processos nessa categoria: 46 processos  Valor total das contratações por dispensa e inexigibilidade: R\$ 3.226.603,03	Valor total da amostra dos processos de contratação por dispensa e inexigibilidade: R\$ 727.489,74  Total de processos selecionados aleatoriamente para amostra: 23 processos



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**QUADRO DE PESSOAL**

No exercício do ano de 2021 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 03 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2021, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

<b>Funções</b>	<b>Vagas</b>	<b>2021</b>
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
<b>TOTAL DE SERVIDORES.....</b>	<b>05</b>	<b>03</b>

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta uma melhora no déficit do quadro de servidores, tendo em vista que, com a mudança de Gestão Municipal, e posse do Prefeito Municipal atual, foram mantidos no Setor o total de 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, apesar do preenchimento das referidas vagas, a alta demanda do exercício de 2021 prejudicou a execução completa das atividades do PAAI/2021, principalmente em razão do Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis cumprir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das Unidades Gestoras.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021**

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2021, ressalta-se a ocorrência do cumprimento parcial das atividades previstas no PAAI/2021, tendo em vista, como mencionado acima, a alta demanda da Unidade Central de Controle Interno, bem como a disposição de 01 (um)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Auditor Público Interno efetivo com formação em Ciências Contábeis com carga horária semanal de 20h (vinte horas).

## **2.1 Auditoria Interna executada**

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2021**, destacamos que foram previstas, 09 (nove) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2021, contudo, em razão das demandas oriundas do Tribunal de Contas Estadual, do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, somente foram executadas 04 (quatro) Auditorias, sendo necessário, além das previstas, a abertura de 04 (quatro) Auditoria Extraordinárias, em razão das demandas de órgãos de controle externo, totalizando a abertura de 08 (oito) Auditorias no exercício de 2021, sendo 01 (uma) Auditoria Extraordinária pendente de elaboração de Relatório, conforme transcreve abaixo:

<b>AUDITORIAS INICIADAS EM 2021</b>		
1) Auditorias do PAAI/2021 – 04 Auditorias executadas		
2) Auditorias Especiais Extraordinárias – 04 Auditorias executadas		
(Obs: 01 Auditoria pendente de Relatório)		
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>OBJETO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Processo nº 2265/2021</b>	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Banco de Dados do público imunizado – Vacinação da Covid-19 (período de 18/01/2021 a 12/05/2021)	Concluído
<b>Processo nº 2551/2021</b>	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Água Branca no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Água Branca	Concluído
<b>Processo nº 2552/2021</b>	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Água Branca	Concluído



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

<b>Processo nº 3256/2021</b>	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES	Em andamento
<b>Processo nº 4619/2021</b>	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
<b>Processo nº 4620/2021</b>	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se as contratações por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24, 25 e 26 da Lei 8666/93 Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	Concluído
<b>Processo nº 4621/2021</b>	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o pagamento tempestivo das obrigações previdenciárias – parte patronal. Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca	Concluído
<b>Processo nº 4622/2021</b>	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Ressalta-se que, no ano de 2021 na UCCI do Município de Águia Branca, ficou estabelecido 01 (uma) Auditoria Interna Governamental de Conformidade no PAAI/2021 de abrangência do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente aos itens de abordagem prioritária – 2.6 Demais atos de gestão, selecionando o ponto de controle 2.6.6 – Dispensa e Inexigibilidade Licitação, da Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES, conforme transcrevo resumo abaixo:





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Processo nº 4620/2021**

**Ação de Auditoria 004/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade**

**Objetivo de auditoria:** Avaliar se as contratações por Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24, 25 e 26 da Lei de Licitações.

**Equipe de Auditoria:** Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Heloisa de Resende Viana

**Prazo:** 31 de dezembro de 2021

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação	<u>Relatório de Auditoria do Processo de Auditoria nº 4620/2021</u>	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Em análise dos processos de contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação realizados pelo Fundo Municipal de Saúde, constatou-se a legalidade de 99% das amostras selecionadas.  Total de processos nessa categoria: 46 processos  Valor total das contratações por dispensa e inexigibilidade: R\$ 3.226.603,03	Valor total da amostra dos processos de contratação por dispensa e inexigibilidade: R\$ 727.489,74  Total de processos selecionados aleatoriamente para amostra: 23 processos

Conclui-se, em análise dos processos de contratação por dispensa e inexigibilidade no período de 01.01.2021 a 31.12.2021, que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei 8.666/93, de modo que se evidencia a legalidade das contratações realizadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

Além disso, de forma extraordinária, foram realizadas 03 (três) Auditorias Especiais Extraordinárias, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, conforme transcrevo abaixo:

**Ação de Auditoria 001/2021 - Auditoria Especial Extraordinária**

**Objetivo de auditoria:** Avaliar a veracidade dos indícios de inconsistências e/ou irregularidades apresentadas na Nota de Auditoria NA nº 020 e Nota de Auditoria NA nº 020-A (Complementar) da Ordem de Serviço de Auditoria – OSA nº 008/2021 da SECONT.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria

Prazo: 28 de junho de 2021.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

<b>Código</b>	<b>Objeto</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições /Alertas</b>	<b>Situação</b>
-	Inconsistências no Banco de Dados do público imunizado pela vacina da Covid-19 no período de 18.01.2021 a 12.05.2021	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aplicação de 2ª dose de vacina contra a COVID-19 de laboratório diferente da primeira;</li><li>- Aplicação de doses em pacientes com idade inferior a faixa etária informada como justificativa para inclusão no grupo prioritário.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Cautela e atenção no cadastro dos dados dos pacientes imunizados para garantir fidedignidade das informações;</li><li>- Elaboração de planilhas para Registro Manual de Vacinação que contenha dados dos imunizados e todas as informações necessárias para atender a veracidade do cadastro dos pacientes no Sistema eletrônico PNI – Plano Nacional de Imunização;</li><li>- Organização quanto ao arquivamento das informações colhidas no Registro Manual de Vacinação e demais documentos comprobatórios de grupo de atendimento;</li><li>- Cronograma com metas de alcance de 85% (oitenta e cinco por cento) de lançamento de informações no Sistema PNI com a estimativa do quantitativo de doses disponíveis;</li><li>- Mapeamento do Sistema para que sejam corrigidas demais inconsistências e sejam detectados o quantitativo de doses existentes e o quantitativo efetivamente aplicado em pacientes no município;</li><li>- Observar a possível necessidade de aumento de pessoal para atender demanda no cadastro dos dados no Sistema Eletrônico PNI – Plano Nacional de Imunização, garantindo maior eficácia no registro do público imunizado;</li><li>- Direcionar espaço físico reservado para o Cadastro de Dados de Pacientes Imunizados em Banco de Dados Eletrônicos;</li></ul>	<p>Atendida:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Foram corrigidas as inconsistências apontadas no banco de dados do público imunizado;</li><li>- Informação de que os dados estão sendo lançados em até 48 horas após a vacinação;</li><li>- Foi elaborado cronograma semanal de vacinação;</li><li>- Foi realizada a adequação do ambiente de trabalho com o aumento dos servidores responsáveis pela alimentação do sistema, bem como o ambiente se encontra adequado e harmônico.</li><li>- Foi elaborada nova planilha de registro manual de vacinação.</li></ul>



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Ação de Auditoria 002/2021 - Auditoria Especial Extraordinária**

**Objetivo de auditoria:** Averiguar indícios de inconsistências detectados no espelho de publicações do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca, fornecido pela Empresa E&L Produções de Software Ltda.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria

Prazo: 30 de setembro de 2021.

Código	Objeto	Achados	Proposições /Alertas	Situação
-	Auditoria de verificação do Portal da Transparência da Prefeitura de Águia Branca	Ausência de publicações em diversos campos do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca.	Recomenda-se que sejam adotadas medidas para adequar, alimentar e atualizar as informações pendentes de publicação no Portal da Transparência, criando rotinas, por parte dos servidores designados à alimentação do sistema.	Foram corrigidas as inconsistências apontadas e o sistema do Portal da Transparência está sendo alimentado periodicamente pelos responsáveis.

**Ação de Auditoria 004/2021 - Auditoria Especial Extraordinária**

**Objetivo de auditoria:** Avaliação do Sistema de Registro Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES

**Equipe de Auditoria:** Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria (Revisor)

Menara Scaldaferrro Rodrigues – Supervisora de Auditoria

Prazo: 20 de março de 2021.

Código	Objeto	Achados	Proposições /Alertas	Situação
-	Avaliação do Sistema de Registro de ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca - ES	<p>- Ausência de norma municipal ou ato administrativo que autorize servidor com carga horária de 20h semanais a realizar o cumprimento de sua carga horária em 02 ou 03 dias da semana;</p> <p>-Desconformidades no Registro de Ponto de Entrada e Saída dos Servidores (Atrasos no Registro de Entrada e Encerramento de expediente antes do horário previsto)</p>	<p>- Justificativa apresentada em Audiência designada pela Unidade Central de Controle Interno, no dia 18/03/2021</p> <p>- Proposições e alertas serão encaminhados a Unidade Gestora na Elaboração do Relatório.</p>	<p>Em andamento.</p> <p>Pendente de Relatório Final.</p>



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

		<ul style="list-style-type: none"><li>-Ausência de Registro de Ponto (Registro de Ponto em branco/Ausência de Justificativa)</li><li>- Registro de Ponto Britânico (Marcação no Registro de Ponto de mesmos horários de entrada e saída, todos os dias – Fraude no Registro de Ponto)</li><li>- Compensação de Atrasos de registro de ponto no horário de Almoço (Ausência de norma municipal que autorize)</li><li>- Ausência de Controle e Justificativa prévia para troca de plantões entre enfermeiros ou técnicos de enfermagem (Ausência de Controle/Ausência de ato que autorize a prática por parte dos servidores)</li><li>- Plantões de Enfermeiros Descobertos (Ocorrência parcial em virtude dos atrasos nas trocas de plantões)</li><li>- Não cumprimento de Escalas/Plantão com horário reduzido (situação recorrente)</li><li>- Desvio de Função de Servidor</li><li>- Faltas Injustificadas</li><li>- incompatibilidade de horários dos servidores no cumprimento de sua carga horária no exercício de seu cargo/função no Município de Águia Branca, quando comparado com os registros de ponto em municípios diversos</li></ul>	
--	--	---	--



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

		- indícios de lançamento fraudulento de cumprimento de carga horária nos registros de ponto pelos servidores públicos		
--	--	---	--	--

## **2.2 Outros procedimentos realizados e Análises Técnicas**

Partindo da análise dos demais procedimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2021, foram expedidas diversas Recomendações e Alertas ao Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, conforme os Ofícios e Análises técnicas, citados abaixo:

- OFÍCIO/CGM/005/2021 de SOLICITAÇÃO de resposta quanto a Denúncia na Ouvidoria Municipal;
- OFÍCIO/CGM/006/2021 de SOLICITAÇÃO de resposta quanto a Denúncia na Ouvidoria Municipal;
- OFÍCIO/CGM/009/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – PCA/PCM 2021, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/015/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao encaminhamento do Plano de Imunização contra a Covid-19 ao TCEES;
- OFÍCIO/CGM/022/2021 de SOLICITAÇÃO de resposta quanto a Denúncia na Ouvidoria Municipal;
- OFÍCIO/CGM/024/2021 de SOLICITAÇÃO de resposta quanto a Denúncia na Ouvidoria Municipal;
- OFÍCIO/CGM/026/2021 de SOLICITAÇÃO de resposta quanto a Denúncia na Ouvidoria Municipal;
- OFÍCIO/CGM/028/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a cobrança pelo Tribunal de Contas Estadual em relação as vacinas do COVID-19;
- OFÍCIO/CGM/041/2021 de RECOMENDAÇÃO ao Secretário Municipal de Saúde quanto o recebimento de notificação acerca de processo de fiscalização de ações da Covid-19 no TCEES;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

- OFÍCIO/CGM/077/2021 RECOMENDAÇÃO quanto ao Processo do TC nº 7894/2018 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/100/2021 RECOMENDAÇÃO quanto ao questionário do TCEES- Doenças Crônicas não transmissíveis;
- OFÍCIO/CGM/102/2021 RECOMENDAÇÃO quanto ao ofício 01397/2021-9 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/103/2021 RECOMENDAÇÃO quanto a decisão 01825/2021-8 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/108/2021 RECOMENDAÇÃO quanto a decisão 02100/2021 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/126/2021 de SOLICITAÇÃO de resposta quanto a Denúncia na Ouvidoria Municipal;
- OFÍCIO/CGM/154/2021 SOLICITAÇÃO-INFORMAÇÃO do Diretor de Vigilância Sanitária;
- OFÍCIO/CGM/162/2021 que encaminha CONVITE-REUNIÃO para esclarecimentos acerca do Processo de Auditoria nº 3256/2021;
- OFÍCIO/CGM/163/2021 COMUNICAÇÃO de início de Execução dos trabalhos de do Processo de Auditoria nº 3256/2021;
- OFÍCIO/CGM/166/2021 SOLICITAÇÃO de informações Procedimento de Investigação Preliminar nº 4118/2021;

Além disso, ressalta-se que a Controladoria Geral do Município realizou 02 (duas) reuniões com a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a aprimorar as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento a Covid-19 e Imunização Municipal, bem como para realizar Entrevista com a Comissão de Registro de Ponto dos Servidores da Saúde a fim de levantar informações correlacionadas ao Registro de Ponto da Secretaria Municipal de Saúde.

Denota-se ainda, que a Controladoria Geral do Município emitiu 19 (dezenove) pareceres com a finalidade de avaliar os processos de Aposentadoria e Pensões, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015.

No mais, a Controladoria Geral do Município acompanhou o processo de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), notificando os Responsáveis, participando das reuniões, bem como realizando Palestra aos



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

servidores para apresentação da temática, que culminou com a implementação do RPC pela Lei Municipal nº 1.658/2021.

### **2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes**

No ano de 2021, foram elaboradas as seguintes Instruções Normativas:

- Elaboração da **Instrução Normativa SFI 02/2021 – Dispõe sobre os critérios para o cumprimento da Ordem Cronológica de exigibilidades das obrigações financeiras** regidas pelas leis federais nº 8666/93, nº 4320/64 , nº 10520/02;
- Atualização da **Instrução Normativa SCI 06/2021 – Manual de Auditoria Interna**, a fim de adequar e subsidiar os procedimentos de auditoria a serem desenvolvidos pela Controladoria Geral do Município de Água Branca.

### **2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual**

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2021 da Unidade Gestora - Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Branca, sob responsabilidade do gestor Marlos Aniszesky Bergami, Secretário Municipal de Saúde no exercício de 2021.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Água Branca, em face ao cumprimento da Norma Constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**2.5 Acesso a Informação**

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadãos disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca e Câmara Municipal de Águia Branca.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2021, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação**  
**Ano de 2021**

<b>MÊS</b>	<b>Quantidade de Solicitações</b>	<b>Total 2021</b>
Janeiro	10	<b>26 pedido de acesso à informação e/ ou Ouvidoria</b>
Fevereiro	01	
Março	02	
Abril	01	
Maio	0	
Junho	02	
Julho	01	
Agosto	02	
Setembro	03	
Outubro	01	
Novembro	02	
Dezembro	0	

## **2.6 Portal Transparência**

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município executou trabalhos de Auditoria no Processo nº 2551/2021 com vistas a possibilitar a melhoria do comprometimento do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca em zelar pela transparência em sua gestão e possibilitando o aumento do Índice de Transparência Municipal Eletrônica, garantindo maior controle social por parte dos órgãos de controle, e possibilitando a melhora na publicidade dos dados públicos.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

A Auditoria realizada visava averiguar a ausência de publicações no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca, sendo expedida, **RECOMENDAÇÃO** com a finalidade de que a Unidade Gestora adotasse medidas de adequação, alimentação e atualização das informações pendentes de publicação no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – ES, bem como para orientar a criar rotinas, por parte dos servidores designados para a correta alimentação do sistema, mantendo-o atualizado, o que foi prontamente atendido pela UG, que corrigiu as inconsistências e adotou medidas periódicas de alimentação do sistema.

## **2.7 Treinamentos dos Servidores da CGM**

No exercício de 2021, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:

- Curso prático de análises e auditorias que subsidiam a elaboração dos relatórios de controle interno a enviar em 2021 ao TCEES na PCA, realizado nos dias 25.02.2021 e 26.02.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Webinar: A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e suas principais inovações, realizado em 20.04.2021 (online), totalizando 03 horas/aulas, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso de Controle Interno, Auditoria e Certificação da Prestação de Contas Anual, realizado nos dias 23.08.2021 a 27.08.2021 (online), totalizando 20 horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Participação no II Fórum de Controle Interno – XV Reunião técnica, realizada nos dias 26.08.2021 e 27.08.2021 na Serra/ES, ministrado pela FECONTEs;
- Curso da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: Os primeiros passos para regulamentar e implantar nos municípios, realizado nos dias 28.09.2021 e 29.09.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

- Curso de Auditoria em Folha de Pagamento, realizado nos dias 13.11.2021, 14.11.2021, 15.11.2021, 18.11.2021 e 19.11.2021 (online), totalizando 20 horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, realizado nos dias 22.11.2021 e 23.11.2021, totalizando 16 horas/aula em Nova Venécia/ES, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso de Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para Licitações e Elaboração de Termo de Referência, realizado nos dias 24.11.2021 e 25.11.2021 em Nova Venécia/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST.

**3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG**

Processo Administrativo	Descrição do caso de dano apurado	Data da instauração	Data de encaminhamento ao TCE	Valor do Débito	Protocolo/Processo no Tribunal de Contas

**OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS NA UG, NO EXERCÍCIO DE 2021.**

**4. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO, FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO**

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, denota-se inicialmente, que se encontra em andamento no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo o Processo 03524/2017-6 referente à Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças no Município de Águia Branca decorrente de Auditoria realizada pelo TCEES na Administração Tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2017, que apurou indícios de irregularidades no Setor da Tributação.

Vale mencionar que, a Controladoria Geral depois de realizados os levantamentos na Secretaria Municipal de Finanças, elaborou PLANO DE AÇÃO no



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

ano de 2017, que foi encaminhado ao TCEES no intuito de adotar medidas e os respectivos resultados para sanar as irregularidades na Área de Administração Tributária Municipal.

Por conseguinte, o TCEES aprovou o PLANO DE AÇÃO apresentado pelo Controlador Geral Municipal do exercício do ano anterior, sendo proposto pelo TCEES que a Controladoria Geral do Município proceda ao monitoramento do cumprimento do presente Plano de Ação e encaminhamento ao referido Tribunal quanto aos resultados obtidos.

Ante o exposto, consoante análise do referido Plano, em razão dos prazos vencidos e da mudança de Gestor, foi realizado protocolo junto ao TCEES, encaminhando um novo PLANO DE AÇÃO reestruturado, com novos prazos e indicando o cumprimento das ações concluídas até o exercício de 2021.

Além disso, quanto aos Questionários encaminhados pelo TCEES no ano de 2021, todos foram devidamente respondidos a fim de contribuir com os levantamentos e fiscalizações desse órgão de Controle Externo.

Assevera-se ainda, que, quanto as demandas encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Fiscalização de acompanhamento da regularidade das Folhas de pagamento no exercício de 2021 – TC 3411/2021-4;
- Notícia de irregularidade TC nº 00415/2021-1 para apurar a necessidade da Aquisição de Livros “Coronavírus: Todos Juntos no Combate!” pela Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde;
- Recomendação para instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC pelo Poder Executivo Municipal.

## **5. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Desse modo, alcançam destaque a demanda referente a Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (e-PREVENÇÃO), e a demanda referente a solicitação de abertura de AUDITORIA no Sistema de Registro de Ponto



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, que se encontra em fase de ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.

Denota-se quanto a Auditoria de Registro de Ponto dos servidores da Saúde, que esta demandou excessiva execução da Equipe de Auditoria, uma vez que se fez necessária a análise de inúmeras questões de Auditoria para fins de atendimento as demandas do órgão ministerial.

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da execução das atividades do Controle Interno, ponderou-se que o órgão de controle cumpriu parcialmente com as atividades dispostas no PAAI/2021, bem como, desempenhou de maneira ponderada a análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES aplicáveis a Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde.

Para o exercício de 2022, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a continuidade da reestruturação da UCCI, visando ainda a implantação das inovações da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Ademais, a CGM fará ações para a implementação efetiva de Normas de procedimentos administrativos, visando à padronização e o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelas legislações vigentes no tocante ao cumprimento das exigências deste Tribunal de Contas Estadual.

Águia Branca/ES, 25 de março de 2022.

**MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES**

Controladora Geral do Município  
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021